

Grupo de Estudos em Análise de Discurso e Ensino de Línguas

DA ESCOLA À SALA DE CASA - A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O NECROBIOPODER EM DISCURSOS DE STATUS DO WHATSAPP

From school to the home room - school in times of pandemics: necrobiopower in whatsapp status speeches

Cícero Barboza NUNES (IF-Sertão-PE/UERN)¹

Maria do Socorro Mais Fernandes BARBOSA (UERN)²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as manifestações discursivas em status do WhatsApp em relação aos “necrodecretos do Conselho Nacional de Educação (CNE) ao legitimar a oferta de ensino remoto para a Educação Básica. Especificamente, discutimos como a biopolítica do governo brasileiro pode se tornar uma necrobiopolítica, uma vez que uma parte considerável da população fica a margem desse modelo de ensino. Assim, escolhemos o gênero discursivo status do WhatsApp, pois é um gênero que manifesta de forma imediata a opinião social sobre um determinado fenômeno. Para tanto, selecionamos 30 postagens, das quais delimitamos 6 (seis) para esta análise, por julgamos pertinentes para nossa discussão. Tomamos como aporte teórico para as nossas análises as ideias de Foucault (1979; 2006), especialmente sobre biopoder e biopolítica, ao focar o Estado como detentor do poder. No que tange os discursos sociais, representados em status do WhatsApp, tomamos as ideias de gênero discursivo de Bakhtin (2011). Sobre a profusão da necropolítica, tomamos como base os estudos de Mbembe (2018). Utilizamos alguns estudos contemporâneos sobre educação inclusiva que respaldam nossas elucubrações a respeito do caráter excludente que o ensino remoto provoca no cenário educacional brasileiro. Os resultados deste estudo evidenciam que os sujeitos discursivos utilizam o status do WhatsApp para manifestarem inquietações imediatas sobre assuntos que vão de encontro com o padrão aceitável socialmente.

Palavras-Chave: Escola; Necrobiopoder; Ensino Remoto; Status do WhatsApp.

¹ Doutor pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9633-4272>. cicerobarbozanunes@gmail.com

² Doutora em Linguística. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do PROFLETRAS (UERN).; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2261-5658>; socorromvitoria@gmail.com.

ABSTRACT

This study aims to analyze the discursive manifestations of WhatsApp status in relation to the “decrees of the National Education Council (CNE) in legitimizing the provision of remote education for Basic Education. Specifically, we discuss how the Brazilian government's biopolitics can become a necrobiopolitics, since a considerable part of the population is outside this teaching model. Thus, we chose the status discursive genre of WhatsApp, as it is a genre that immediately expresses social opinion about a given phenomenon. For this purpose, we selected 30 posts, of which we delimited 6 (six) for this analysis as we deem pertinent to our discussion. We take as theoretical support for our analysis the ideas of Foucault (1979, 2006), especially on biopower and biopolitics, focusing on the State as the holder of power. Regarding social discourses, represented in WhatsApp status, we take Bakhtin (2011) discursive genre ideas. On the profusion of necropolitics, we used the studies by Mbembe (2018) as a basis. We use some contemporary studies on inclusive education that support our musings about the exclusionary character that remote education causes in the Brazilian educational scenario. The results of this study show that discursive subjects use the WhatsApp status to express immediate concerns about issues that meet the socially acceptable standard.

Keywords: School; Necrobiopower; Remote Teaching; WhatsApp Status.

Introdução

O final do ano 2019 e o início de 2020 será um marco histórico que as futuras gerações estudarão com o intuito de compreender o mundo pós pandemia. Como parte da geração atual, jamais pensamos em viver atormentados pelo invisível, não apenas por conta da infecção do novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da pandemia da Covid-19, mas, sobretudo, pela obscuridade de enxergar o futuro que tanto galgamos, desde os nossos primeiros anos de escola.

A escola, assim como diversos setores do comércio e indústria, desde março de 2020, quando foi decretado o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia, tiveram suas atividades suspensas como medida de promoção do isolamento social. Tal instituição, tão essencial, desde os discursos que alicerçam nossas memórias em que nossos pais nos mostravam o valor e a essencialidade da educação, neste momento, tivemos que pregar para nossas crianças que a escola era um serviço “não essencial”, ou seja, o “vá para a escola para mudar de vida” foi substituído por “fique em casa, se quiser viver”, pois as aulas foram suspensas, uma vez que na escola o contato era inevitável. Como profissionais de educação, apreendemos desde os primórdios de nossa formação que, segundo Durkheim (1952), a educação pode ser entendida como o conjunto de ações exercidas das gerações adultas sobre as que ainda não alcançaram o estatuto de maturidade para a vida social, mas aqui se instalou um paradoxo, pois todos estávamos imaturos para o enfretamento da crise que se instalara em detrimento do vírus e da impossibilidade de irmos à escola, ao cinema, ao shopping, etc.

A partir da suspensão das aulas, surgem inquietações que assolam, não só a vida de profissionais e estudantes, mas a todos os cidadãos de modo geral: como enfrentar a pandemia sem que nossos alunos tenham perdas no processo de formação? O que as redes de educação podem fazer para promover aprendizagem e tempo pedagógico de forma equitativa, mesmo com as escolas fechadas? Devido a inquietações como essas e outras, surgiu o que denominamos de educação remota, mas a este modelo de educação, instituído em decretos do Conselho Nacional de Educação, surgem questões ligadas ao processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, pessoas que não tem condições financeiras e acesso à tecnologia, pessoas da zona rural que não tem sequer energia elétrica, etc.

Para que o ensino remoto fosse institucionalizado, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou diretrizes que legitimam o ensino remoto nas escolas em tempos de pandemia, fato que causou grandes mudanças no comportamento de professores, alunos e pais. São essas mudanças que provocaram discursos de todos os agentes envolvidos na educação que serão analisados neste estudo, tomando por base que as postagens feitas em *status* do WhatsApp representam a manifestação social a respeito do que denominamos necrodecreto, uma vez que a medida que legitima a oferta de ensino remoto, exclui, ao mesmo tempo, boa parte da população carente e com necessidades especiais.

Essas e outras inquietações nortearam a construção deste estudo que busca analisar as manifestações discursivas em *status* do WhatsApp em relação aos “necrodecretos do Conselho Nacional de Educação (CNE,) ao legitimar a oferta de ensino remoto para a Educação Básica. Especificamente, discutimos como a biopolítica do governo brasileiro pode se tornar uma necrobiopolítica, uma vez que uma parte considerável da população fica à margem desse modelo de ensino. Assim, escolhemos os gêneros discursivos circulados através do *status* do WhatsApp, pois são gêneros que manifestam de forma imediata a opinião social sobre um determinado fenômeno. Sabemos que o *status* do WhatsApp pode ser considerado um suporte, pois este serve de base para a materialização discursiva e exerce influência direta com o propósito comunicativo (Marcuchi, 2003). Porém, denominamos neste estudo e consideramos um gênero discursivo, uma vez que são veiculadas informações, expressas opiniões, sátiras sociais, etc. e não apenas a publicação de *memes* e outros textos verbo-visuais.

Para darmos conta de nossas provocações, tomamos como pano de fundo para as nossas análises as ideias de Foucault (1979, 2006), especialmente sobre biopoder e biopolítica, enfocando o Estado como detentor do poder. No que tange os discursos sociais, representados em *status* do *WhatsApp*, tomamos as ideias de gênero discursivo de Bakhtin (2011). Sobre a profusão da necropolítica, tomamos como base os estudos de Mbembe (2018). Utilizamos alguns estudos contemporâneos sobre educação inclusiva que

respaldam nossas elucubrações a respeito do caráter excludente que o ensino remoto provoca no cenário educacional brasileiro, tais como Pocker; Valentim, Garla, (2018), Mendes (2002) e Bueno (2001).

Em termos metodológicos, este estudo de abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e exploratória, analisa os *status* do WhatsApp coletado no mensageiro do próprio autor, no período de 28 de abril a 30 de maio de 2020. Foram coletadas mais de 30 postagens relacionadas às manifestações discursivas em relação à escola em tempos de pandemia. Entre as postagens coletadas, selecionamos 6 (seis) *posts* que representam o todo discursivo que defendemos na construção deste estudo.

Assim, este estudo está dividido em seis partes, a saber: a primeira parte corresponde às considerações iniciais em que apresentamos as ideias primárias do nosso estudo. Na segunda parte, fazemos uma breve contextualização da pandemia e do cenário brasileiro em tempos de pandemia. Na terceira parte, intitulamos Enlaces teóricos para além da Análise do Discurso, e mostramos os arcabouços teóricos que alicerçam nossas análises para este estudo. A quarta parte dedicamos a debater, brevemente, sobre a pseudoinclusão na educação brasileira. A quinta parte tecemos nossas análises a partir dos *posts* coletados no WhatsApp e, na sexta parte, fazemos algumas considerações que nos inquietaram antes, durante e depois da construção deste estudo.

1. A pandemia e o cenário brasileiro

Os termos pandemia e endemia eram usados em nosso meio para se referir a doenças como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e a Dengue. Até o momento, ouvíamos os termos em livros e, no caso da dengue, ouvíamos dados estatísticos em jornais de circulação nacional e local, mas nada que causasse temor a uma população, pois os cuidados dependiam de ações individuais que iria conter o causador, neste caso o mosquito *Aedes aegypti*.

O Dicionário Básico de Biologia (Lessa, 2007), conceitua pandemia como “doença com distribuição geográfica muito ampla, até mesmo mundial” (p. 222). Antes da pandemia da COVID-19, não imaginávamos que a amplitude mundial de uma pandemia fosse tão devastadora, fazendo com que grandes, médias e pequenas economias fossem abaladas por algo, microscópico e sorrateiro, como é o caso do vírus coronário. Com a finalidade de entender o que é vírus, consultamos o mesmo dicionário supramencionado:

Vírus - Micro-organismos geralmente menores que as bactérias e que possuem um só tipo de ácido nucleico: DNA ou RNA. Tem uma capa envoltora de proteínas (cápside ou capsídio) e as vezes há uma membrana plasmática derivada da célula que tinha sido infectada (vírus envelopados). Vírus são parasitas intracelulares obrigatórios; não tem ribossomos, não produzem ATP e só se reproduzem dentro de uma célula. Há três grandes categorias de vírus: 1) de DNA, 2) de RNA e 3) Retrovírus, que além do RNA tem transcriptase reserva. (LESSA, 2007, p. 296)

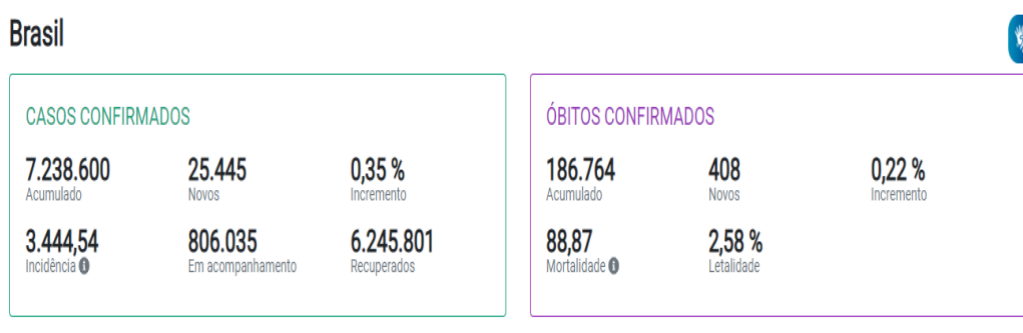
As conceituações científicas que sempre estudamos, bem como esta supracitada acima, demonstram que durante nossa vida escolar, desde os anos iniciais, sempre fomos apresentados aos vírus, mas nunca atribuímos a importância devida, pois jamais imaginaríamos nos depararmos com uma pandemia viral em pleno ápice da globalização.

Se os micro-organismos são essenciais a vida humana, um micro-organismo, descoberto em Wuhan, na China, denominado cientificamente de SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, detectado em 31 de dezembro de 2019, tomou conta do mundo em poucos dias. Segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2020), uma pessoa infectada por este vírus “apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves”. Ainda conforme o portal do Ministério da Saúde:

Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

Pelo viés histórico apresentado, percebemos que conhecíamos pouco da história dos vírus coronários, no entanto, o caráter avassalador que o COVID-19 tomou conta do mundo, fez com que toda a população tomasse conhecimento sobre o mesmo. Acreditamos que mesmo alguém que não tenha domínio de leitura ou conhecimentos sobre saúde, atualmente, já deve ter ouvido falar sobre este vírus, bem como sentido o impacto dele, conforme imagem ilustrativa abaixo:

Imagem 1: Painel de Monitoramento COVID-19, Dez/2020.

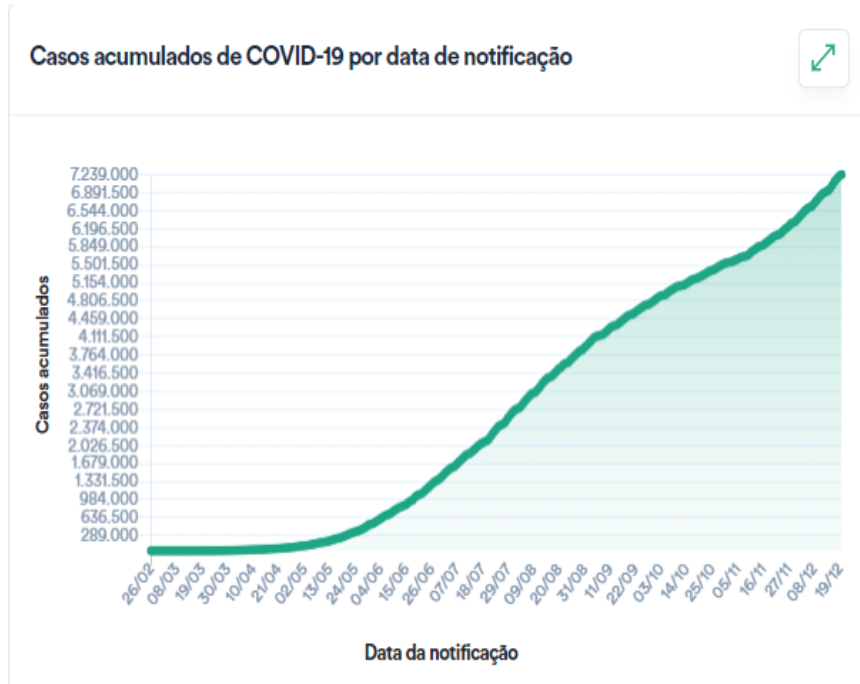


Fonte: <http://plataforma.saude.gov.br/coronavirus/covid-19/>

Os dados que ora apresentamos são apenas ilustrativos para demonstrarmos o caráter avassalador do vírus a nível de Brasil. Sabemos que estes dados podem ser ainda maiores, bem como sofrerão alterações até o surgimento de uma vacina que traga a cura mundial a este vírus.

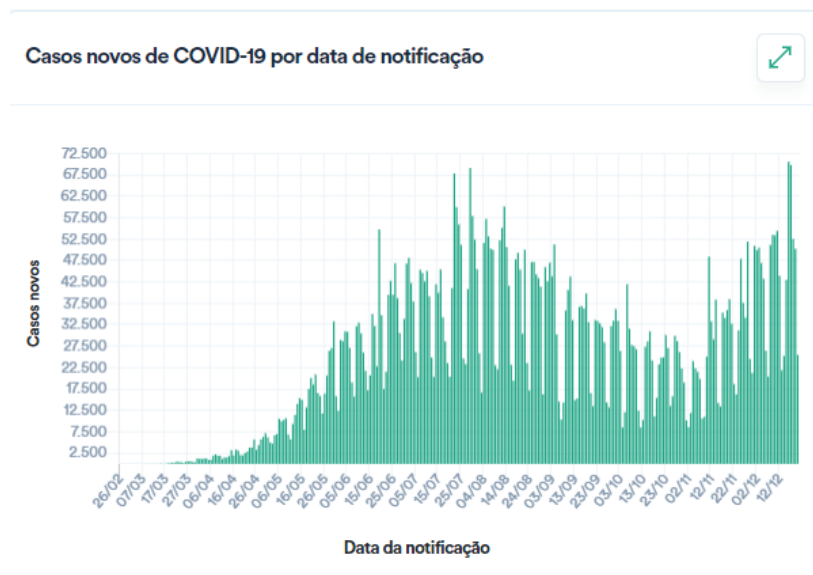
Abaixo, ilustramos outras informações em dois gráficos que mostram, em nível nacional, o caráter avassalador com que o vírus tomou conta do país do período de fevereiro a dezembro de 2020:

Gráfico 1: Média diária de casos por data de notificação.



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

Gráfico 2: Número total de casos por data de notificação



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

Os gráficos acima, extraído do Painel Geral Coronavírus, sítio do Ministério da Saúde, mostras como a contaminação foi avassaladora no Brasil, totalizando em 10 de julho de 2020, 1.885.000 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil) casos de contaminados. Pelos gráficos, vemos que, em 26 de fevereiro de 2020, ao ser registrado o primeiro caso, em São Paulo, começou uma luta de instituições públicas, privadas, órgãos do governo e lutas sociais, afim de conter a disseminação do vírus, fato que era quase impossível, considerando a dimensão do país, bem como o despreparo e instabilidade do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Iniciou no Brasil, a partir de março de 2020, a suspensão das aulas presenciais, o funcionamento de shoppings e comércio em geral. Em meio ao colapso causado pela pandemia, presenciamos mundo a fora mortes truculentas causadas por ideias racistas e um furacão na conjuntura administrativa do país com a entrada e saída de ministros que deixava ainda mais a população inquieta e sem projeção de futuro.

Sobre a suspensão das aulas presenciais, surgia a necessidade de que nossas crianças e jovens não parassem seus estudos, mas precisávamos pensar na vida, acima de qualquer coisa. Com isso, o Ministério da Educação e os Conselhos Estaduais de Educação começaram a traçar um projeto de educação que suprisse uma parte da perda que a pandemia causaria com a suspensão das aulas.

Inicialmente foram tomadas medidas paliativas como antecipação das férias, criação de grupos de WhatsApp, envio de atividades por e-mail, etc, com a finalidade de manter os alunos em contato com os estudos. Mas, apenas em 28 de abril, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, as diretrizes que legitimavam e orientavam escolas da educação básica e instituições de ensino superior a promoverem o ensino remoto³. Conforme o Ministério da Educação, as diretrizes aprovadas pelo CNE têm como propósito orientar estados, municípios e escolas sobre as práticas que devem ser adotadas durante a pandemia, além de propor normas nacionais gerais.

Entre as recomendações do CNE, destacamos:

Educação Infantil: A orientação para creche e pré-escola é que os gestores busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. As soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente.

Ensino fundamental anos iniciais: Sugere-se que as redes de ensino e escolas orientem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças. No entanto, as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária.

Ensino fundamental anos finais e ensino médio – A supervisão de um adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou on-line, já que nesta etapa há mais autonomia por parte dos estudantes. Neste caso, a orientação é que as atividades pedagógicas não presenciais tenham mais

³ Dados coletados no portal do Ministério da Educação.

espaço. Entre as sugestões de atividades, está a distribuição de vídeos educativos. (BRASIL, 2020, n.p.⁴)

Como vimos, há recomendações de que as aulas aconteçam com a ajuda da tecnologia. Considerando que somos um país que não estávamos preparados tecnologicamente, nem do ponto de vista humano, nem tampouco físico e econômico, indagamos: como serão atendidas as populações ribeirinhas, da zona rural, pessoas que não tem sequer uma televisão em casa, etc? Esta pergunta, servindo-nos aqui como objeto retórico, provocou e continuará gerando indignação, pois esta mesma população que não pode ser alcançada pela tecnologia, tinha a escola como esperança de mudança e como lugar de alimentação.

Cabe salientar que o decreto do CNE dá conta de todos as etapas e modalidades de ensino, no entanto, destacamos apenas essas três que servirão de reflexão na tessitura deste estudo. A educação especial, modalidade de ensino que preconiza o atendimento as pessoas com necessidades especiais, também citado no decreto, prever que “as atividades pedagógicas não presenciais devem incluir os estudantes com deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades/superdotação”. Mas a questão que paira é: como se dá esse processo? Consideremos que boa parte da população brasileira não tinha conhecimento pedagógico para desenvolvimento da educação da sala de casa e, em muitos lares, não tem o espaço e o aparato necessário para que essas aulas aconteçam, sendo assim, como ofertar esse ensino aos estudantes com deficiência?

Assim, trazemos a esta arena todas estas inquietações para discutir as manifestações discursivas da sociedade com ênfase em destacar que, conforme Vigotski (1998), a escola tem papel fundamental ao produzir “algo fundamentalmente novo do desenvolvimento da criança” (p. 110), ou seja, ao legitimar um ensino na sala de casa com configurações de um ensino na escola, o governo brasileiro devia ter pensado que a população não estava preparada para isso.

2. Enlaces teóricos para além da Análise do Discurso

Nos estudos discursivos, propiciar um encontro teórico que coloque em alinhamento Foucault, Bakhtin e Maingueneau, parece, *a priori*, fomentar uma discussão que interligue o sujeito, o discurso e a sociedade. Não é pretensão deste estudo discutir a identidade teórica destes autores, mas tomar as diferenças teóricas e metodológicas e cotejar uma união que parte do cerne da Análise do Discurso e nos serve de ancoragem para discutirmos as manifestações discursivas sociais a respeito da educação em tempos de pandemia.

⁴ Não citamos página, pois essas recomendações estão disponíveis no portal do MEC. (<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>).

Do enlace teórico que apresentamos, filtramos do projeto teórico de Michel Foucault, a sua visão de discurso “como luta, como batalha e não como “reflexo” ou “expressão de algo” (FISCHER, 2013, p. 125). A importância deste teórico para os estudos sociológicos e discursivos, além de outras áreas do conhecimento é algo notório dentro das ciências. Entre as temáticas abordadas em sua obra, damos destaque as relações de poder, que subjaz a partir de sua *Microfísica do Poder* (1979), ramificando outros debates que são de extrema importância na atualidade. Entre estes debates, podemos evidenciar os conceitos de biopoder e biopolítica.

O poder na ótica foucaultiana, está além de instituições ou qualquer contrato jurídicos ou políticos. O poder não está ligado à repressão, bem como produz efeitos de saber e verdade.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Assim, como podemos observar, o poder na visão foucaultiana é captado em suas extremidades, sendo a partir desta ideia que emergem outros conceitos igualmente importantes no projeto teórico de Foucault, tais como biopoder e biopolítica.

É possível observar, conforme obras de Foucault e seus estudiosos contemporâneos, tais como Fischer (2013), Gregolin (2016), Bento (2018) entre outros, os debates e problematizações acerca das noções de biopoder, e biopolítica fazem parte do pensamento de Foucault, ainda que de forma incipiente e, muitas vezes sem amarras teóricas, pelo menos desde 1974. Em outubro daquele ano, Foucault realizou três conferências no Rio de Janeiro, especificamente no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Outro registro deste debate pode ser feito em 1976, no artigo “*La Politique de la santé au XVIII siècle*” (Foucault, 1976). Em seguida este texto que foi reeditado com alterações em 1979 (Foucault, 1979/2001).

O poder em Foucault, a partir do enfoque com o biopoder e a biopolítica ganha novas conotações e possibilitam enxergarmos que o poder que emana do Estado, segundo Bento (2018, p. 6) “trata-se de um poder que se fundamenta no “fazer” viver e no “deixar” morrer e que irá atuar com técnicas singulares às implementadas pelo poder disciplinar”. Com isso, a ideia conceitual que ancoramos a partir da ótica foucaultiana sobre o biopoder é a de técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”. (Foucault, 1999) Foucault (1999) endossa que um dos debates primordiais do século XIX paira sobre um tipo de possessão por parte do Estado sobre o homem enquanto ser vivo, o que ele denomina de “estatização do biológico”. Sobre o biopoder, Foucault (2008) afirma:

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008, p. 3)

O foco deste estudo é discutir o poder do Estado em interferir na vida dos cidadãos. Assim, ao Estado, uma vez que determina políticas que interfere diretamente na vida e, sobretudo, no comportamento social, dizemos que este tem o biopoder, sendo suas políticas a biolítica. Conforme Foucault (1999), a biopolítica deverá estender sua principal preocupação com as relações entre a espécie humana e o meio em que ela vive. Assim, havendo políticas que se preocupe com o bem estar da população, sua condição de existência, fatores climáticos, de saúde e educação, certamente, teremos um cidadão mais feliz, saudável e realizado economicamente.

À medida que um governo institucionaliza políticas públicas que não prioriza a vida e a qualidade da existência humana, consoma-se o que denominamos de necropolítica. Este conceito emerge da relação de poder que parte da soberania, como Mbembe endossa: “[...] a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11).

A partir da consolidação do que Foucault denomina de biopoder, entre os séculos XVII e XIX, adjungido a noção de população e, bem como a de biopolítica, surge, ramificado deste mesmo projeto teórico, a necropolítica. Partindo das ideias foucaultianas e desembocando em Mbembe (2015), podemos dizer que a necropolítica é um dispositivo de governo para fazer morrer e não deixar viver.

Assim, em um país de desgovernos, de políticas que não pensam em todas as classes e raças, podemos evidenciar que vivemos o ápice das necropolíticas, pois mesmo que não tire a vida biológica do cidadão, tira-se a educação de qualidade, a saúde, o lazer e outros direitos fundamentais a sobrevivência humana.

2.1. O status do WhatsApp como gênero discursivo: o discurso como um bem finito para além do poder

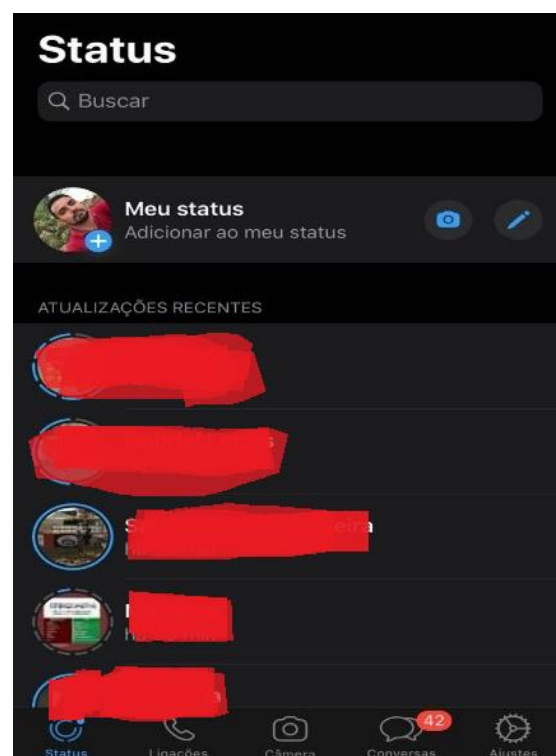
Partindo da seara do poder, precisamos discutir nossas fundamentações teóricas para além do que Foucault discute sobre o poder e suas relações. Segundo Fischer (2013), ao analisarmos discursos com base em Foucault, precisamos enfatizar as multiplicidades. “Multiplicidades de coisas ditas, de enunciações, de posições de sujeito, de relações de poder, implicadas em certo campo do saber”. (FISCHER, 2013, p. 149). Assim, destas multiplicidades, comungamos da ideia de Foucault (2009) de discurso como um bem. Segundo

este teórico, o discurso é um “bem finito, limitado, desejável, útil, que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e utilização”.(FOUCAULT, 2009, p. 136)

Ao tomarmos de empréstimo tal noção de discurso, comungamos também com as ideias de discurso de Brandão (2009) que considera este ser um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas (verbais, que se dão pela palavra) em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas.

O aplicativo *WhatsApp* tem sido um dos principais canais de comunicação dos últimos anos, surgido em pleno ápice do desenvolvimento tecnológico. Conforme Ferro (2014), esse aplicativo é considerado um dos projetos mais promissores no meio digital, pois conta com elevada adesão de usuários de dispositivos móveis. Além de propiciar a troca de mensagens instantâneas, ligações de áudio e vídeo, ainda dispõe do mecanismo de publicações no denominado *status*.

Imagem 1: Amostra do Status do WhatsApp



Fonte: Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

Conforme imagem ilustrativa, podemos observar que o *status* permite ao usuário manifestar seu pensamento discursivamente por meio de som, texto e imagem, possibilitando a bricolagem de várias linguagens. Alguns teóricos (MARCUSCHI, 2010; XAVIER, 2009) apontam que as tecnologias que reúnem simultaneamente diversas semioses (texto, som e imagem) são chamadas de suporte. Não queremos entrar em discussões teóricas em relação tal questão, mas defendemos neste estudo o *status* do WhatsApp como

um gênero discursivo, pois cumpre uma função comunicativa dentro do mensageiro WhatsApp. Neste aplicativo, segundo Fonte e Caiado (2014):

Podemos encontrar na interação via WhatsApp diversos gêneros discursivos, que variam quanto ao estilo, ao formato e ao conteúdo. Esses gêneros podem permear práticas discursivas formais ou informais. Essas práticas multimodais integram palavras, sons, imagens e movimentos, sincronicamente, em um meio caracterizado por noções de multilinearidade e exigem dos sujeitos dialógicos “atitudes ativamente responsivas”, conforme propõe a perspectiva dialógica bakhtiniana. (FONTE; CAIADO, 2014, p. 476)

Uma vez que o *status* do WhatsApp está inserido em um contexto e supre uma necessidade de comunicação para atender a uma determinada demanda, assumimos chamá-lo, como prenunciado no título desta seção, de gênero discursivo. Como é notório, a discussão sobre os gêneros discursivos faz parte do escopo teórico de Bakhtin e de estudiosos contemporâneos. Conforme as ideias de Bakhtin, cada época e cada grupo social possuem o seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana. Cada grupo de formas homogêneas, ou seja, cada gênero discursivo cotidiano, possui seu próprio conjunto de temas. Dessa forma, “cada esfera de utilização da língua, conforme o filósofo russo, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”. (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Partindo desse pressuposto conceitual, os gêneros do discurso, na perspectiva bakhtiniana, são divididos em primários (simples) e secundários (complexos). Aqueles, podem ser caracterizados como formas discursivas que se constituem em circunstâncias de uma comunicação espontânea e estes são tidos como formas discursivas que aparecem em situações de comunicação mais elaboradas ou complexas (filosófico, familiar sóciopolítico-culturais, etc).

Ainda na discussão sobre os gêneros primários e secundários, podemos observar que os primários são constituídos a partir de situações de comunicação verbal cotidianas, principalmente, em meio às formas ligadas à oralidade, como o diálogo. Quando nos referimos aos gêneros secundários, tratamos, especificamente, daquelas formas textuais mais complexas como, por exemplo, uma conferência, os gêneros literários. Para Bakhtin (2016):

A linguagem literária é um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem; o peso específico desses estilos e sua inter-relação no sistema da linguagem literária estão em mudança permanente. A linguagem da literatura, cuja composição é integrada pelos estilos da linguagem não literária, é um sistema ainda mais complexo e organizado em outras bases. (BAKHTIN, 2016, p. 20).

Assim, percebemos que esta distinção, entre as formas discursivas (primárias e secundárias), possui valor teórico nos estudos do pensamento bakhtiniano, uma vez que possibilita pensarmos acerca do processo de formação dos gêneros discursivos a partir das diversas práticas sociais.

Portanto, conforme as perspectivas dos estudos bakhtinianos sobre os gêneros discursivos, podemos afirmar que o *Status* do WhatsApp pertence à categoria dos gêneros primários, pois tem origem na esfera de comunicação cotidiana, ou seja, é uma forma discursiva resultante de uma manifestação pessoal sobre um determinado assunto do dia a dia.

3. Sobre o problema da (pseudo) educação inclusiva no Brasil

A educação definida como um direito social e dever do estado no Brasil, ao necessitar ser ampliada e garantir o acesso a todas as pessoas e classes sociais, revela-se como espaço essencial e privilegiado para promoção do desenvolvimento do cidadão e da sociedade de forma holística. No entanto, é fato histórico que esse mesmo espaço também se estabeleceu como âmbito de reprodução de estigma, preconceito, discriminação e exclusão social. Pois, por muito tempo, o espaço escolar destinava-se apenas para alguns grupos sociais da sociedade ditos dentro da normalidade e/ou com poder aquisitivo alto, sendo portanto, uma forma de “exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (BRASIL, 2008, p. 270).

De acordo com Serrão e Baleeiro (1999), “a cidadania se constrói pelo reconhecimento e respeito às diferenças individuais, pelo combate ao preconceito, ampliação de consciência em relação aos direitos e deveres e na confiança do potencial de transformação de cada um”. Contudo, percebe-se que a demanda pela inclusão escolar cresce a cada ano e, junto, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos, pois na escola inclusiva os alunos devem aprender a conviver com a diferença e se tornarem cidadãos solidários, o que também implica ter acesso ao atendimento educacional especializado em sala:

O movimento de inclusão que se expandiu na educação básica nos últimos anos alcança, também, o ensino superior, subsidiado por normativas legais que tratam da garantia de direitos, tais como o Aviso Circular nº 277/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 3.298/1999 (1999), a Portaria nº3.284/2003 (2003) e recentemente a Lei nº 13.146/2015 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. É expressiva a ampliação do número de pessoas com deficiência que reivindicam o direito de ingressar e de permanecer nas universidades, o que tem provocado mudanças conceituais e atitudinais dos professores, bem como nas condições de acessibilidade ao ensino superior. (POKER; VALENTIM; GARLA 2018, p. 2).

Nesse sentido, a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança

em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao compreendermos que a inclusão se caracteriza, sobretudo, em ofertar estrutura, mas uma estrutura que viabiliza a todas as crianças uma aprendizagem eficaz, cujo êxito se atrela, dentre outras coisas, à existência de competência técnico-profissional e, principalmente, à indispensável disponibilidade afetiva do educador.

A Educação Inclusiva preconiza que todos os alunos, independente de sua condição orgânica, afetiva, sócio econômica ou cultural, devem ser inseridos na escola regular, com mínimo possível de distorção idade-série. Entre os grupos historicamente excluídos do sistema regular de ensino, beneficiados pela Educação Inclusiva, destacam-se os portadores de *necessidades educacionais especiais* – deficiências sensoriais (auditiva e visual), deficiência mental, transtornos severos de comportamento ou condutas típicas (incluindo quadros de autismo e psicoses), deficiências múltiplas (paralisia cerebral, surdo-cegueira, e outras condições) e altas habilidades (superdotados) – antes atendidos exclusivamente pela Educação Especial. (BUENO, 2001, p. 24).

Desta forma, depreendemos que em uma escola inclusiva a diversidade deve ser valorizada em detrimento da homogeneidade, oferecendo, assim, a todos os alunos maiores oportunidades de aprendizagem, uma vez que “a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade e isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo no grupo social” (MENDES, 2002, p. 28).

Tal realização exige da escola uma adaptação a essa demanda, uma vez que inclusão não significa somente efetuar matrículas de alunos com necessidades específicas, ou promover um ensino que disponibilize vagas a todos, mas dar à escola e ao professor o suporte necessário à sua ação pedagógica, sendo isto reconhecido pelo próprio Ministério da Educação (BRASIL/SEESP, 1998).

Compreendemos que a escola cada vez mais vai abrindo espaço para a educação inclusiva promovendo a multiplicidade, ela deve oferecer, em sua estrutura, adequações que garantam a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem para alunos com necessidades especiais, permitindo, entre outros, a elaboração de um currículo flexível e adaptado, com finalidades distintas para os alunos.

A proposta da inclusão escolar parte do princípio de que pessoas com ou sem necessidades especiais beneficiam-se do compartilhamento do processo pedagógico inclusivo em que estejam inseridos. No entanto, são vários os obstáculos enfrentados na concretização dos objetivos da inclusão, esbarrando em diferentes níveis, desde a esfera governamental até a pessoal.

Assim, embora o debate sobre a inclusão na escola se reverbere em torno da inclusão de pessoas com necessidades especiais, neste estudo, defendemos a inclusão de maneira mais ampla: uma escola de todos e para todos.

4. Da sala de aula à sala de casa: os discursos sociais em face dos necrodecretos

Ao longo da nossa história, seja como aluno ou profissionais de educação, alguns debates foram emblemáticos, tais como: relação professor x aluno, relação família x escola, inclusão, etc. O que não imaginamos um dia é que fôssemos passar por uma fase tão atípica que alguns debates que discutíamos apenas do ponto de vista teórico ou de algumas exceções que a prática docente nos impunha, viessem a ser uma realidade tão grotesca na vida de nossos estudantes e em nossas vidas como um todo.

Quando nos deparamos com a suspensão das aulas em março de 2020, em decorrência da pandemia do Corona Vírus (Covid-19), não pensamos que nossa vida profissional e os rumos da educação brasileira estaria em poucos dias entrando em colapso psicológico oriundo da incerteza que advém, não apenas da forma avassaladora que o vírus tomou conta do mundo, mas também do impacto que os decretos nacionais sobre a educação incutiu um modelo de ensino que, de certa forma, tornava-se excludente, matando sonhos e anseios de pessoas de classes sociais e regiões desprivilegiadas.

Se tomarmos por base que a ideologia é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade (Gregolin, 1995), é possível que as análises dos *status* do WhatsApp mostrem um discurso social capaz de evidenciar o uso de modelos socioculturais e da criação de imaginários sócio-discursivos determinantes em relação a escola em tempos de pandemia e que as concepções discursivas, bem como o sujeito discursivo é dialogicamente construído pelos ideais tradicionais da cultura escolar. Assim, mesmo com o advento do desenvolvimento tecnológico, supomos que houve uma forte resistência por parte de todos os agentes envolvidos no processo educacional (escola, família, alunos, professores), como mostramos no *status* ilustrado abaixo:

Imagem 2: A escola moderna

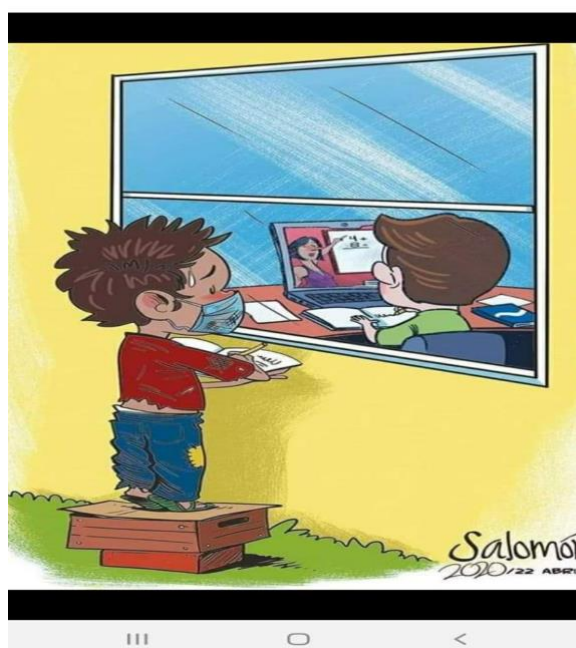


Fonte: Coletado no Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

A postagem acima foi realizada logo que começamos as primeiras aulas remotas. A profusão reflexiva provocada imagem acima nos leva a refletir não apenas sobre a escola da atualidade, mas sobre a escola da atualidade que deixa a margem uma parcela significativa da população brasileira.

A partir do Parecer 5 de 2020, do Conselho Nacional de Educação, que instruiu a reorganização do Calendário Escolar e estabeleceu recomendações de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.(BRASIL, 2020), vimos o ensino brasileiro diante de uma morte anunciada do ensino, isto é, a legitimação deste modelo de educação em um país que não estava preparado social, econômica e tecnologicamente para esta nova escola. Ao afirmarmos como uma morte, coadunamos com Mbembe (2016, p. 124) quando diz que “os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo”. Assim, vimos pela imagem acima, a divisão de dois mundos que se conjuga em uma violência soberana, dialogando com o próximo status do WhatsApp que apresentamos a seguir:

Imagem 3: O outro lado do ensino remoto



Fonte: Coletado no Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

Embora seja uma outra imagem, postado por outra pessoa, percebemos que há um diálogo direto entre as postagens, ficando evidente que o discurso social se posiciona contra o necrodecreto do Conselho Nacional de Educação. Enquanto uma parcela mínima da população tem condições de assistir as aulas em um

computador e dispõe de internet em casa, outra parcela significativa não vai fazer uso desses serviços, pois não tem condições sociais para isto. Para ilustrar o processo de exclusão que se concretiza no ensino remoto, ilustramos o pensamento foucaultiano na correlação poder, direito e verdade:

Imagem 4:
Correlação triângulo de Foucault e tripé da sociedade



Fonte: Ferreirinha e Raitz (2010)

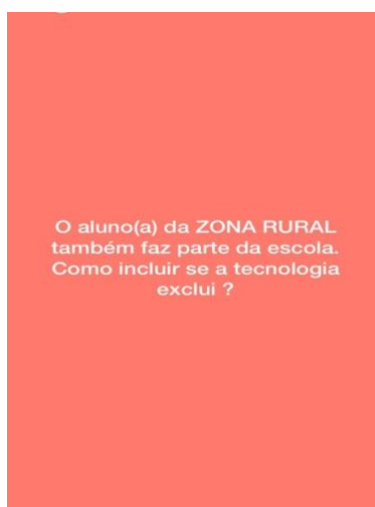
A partir do tripé demonstrado acima, percebemos o poder do Estado em relação a sociedade civil. Ao Estado, dizemos que cabe o biopoder, ou seja, o poder sobre a vida de seus cidadãos. Com isso, a correlação, direito, poder e verdade se mostra extremamente complexa, especialmente quando se trata de da força que parte do Estado. Conforme Ferreirinha e Raitz (2010, n.p) “pode-se concluir que a harmonia das relações de poder-direito, poder-verdade, estado, mercado e sociedade civil é essencial para que as políticas e ações sejam fundamentadas nos princípios éticos”.

Partindo da questão ética, ao professor foi necessário a renovação em seu aparato didático e metodológico. Se durante a pandemia saímos da escola passamos a ministrar aulas durante na sala de casa, utilizando como recurso tecnológico a internet, a edição de vídeos, etc. Alguns alunos Brasil a fora não foram alcançados com este trabalho do professor, como podemos evidenciar no discurso abaixo:

Imagem 5: A exclusão das comunidades sem internet

Fonte: Coletado no Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

Neste *post* temos a concretização da necropolítica que se tornou o decreto do Conselho Nacional de Educação. A ilustração figurativa da imagem acima representa uma realidade no Brasil, pois uma parte significativa dos nossos alunos residem na zona rural, regiões ribeirinhas, tribos indígenas, comunidades que ainda não existem serviços de telefonia e internet, fatores excludentes do processo de ensino remoto. Com isso, foi possível observar que o sujeito ao publicar em seu *status* seu posicionamento discursivo através de uma charge ou cartum, demarcava tal discurso como seu e ainda publicava outro posicionamento, como demonstrado abaixo:



Fonte: Coletado no Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

Além dos fatores de exclusão que se concretizou a partir do necrodecreto do Conselho Nacional de Educação, cumpre destacar que passamos a vivenciar no Brasil durante a pandemia a política do medo (Bento, 2018). A instabilidade político-administrativa que vivemos em uma época de desgoverno faz com que o cidadão brasileiro se manifeste discursivamente em seu *status* do WhatsApp, mostrando indignação e descrença em um futuro, pois além do vírus que atormenta a saúde, a impossibilidade de sonhar através da educação provoca a incerteza de um futuro mais digno. Vejamos a próxima imagem que ilustra uma outra realidade da educação brasileira:

Imagem 6: Escola que alimenta o corpo



Fonte: Coletado no Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

O discurso presente no *post* acima representa uma realidade de boa parte das crianças brasileiras. A postagem no *status* do WhatsApp serviu de manifestação social quando as aulas estavam suspensas há 30 dias e muitas crianças que utilizavam a escola para fazer de duas a três refeições diárias, não podia fazer mais nenhuma. Alguns estados do Brasil criaram o kit merenda e distribuíram entre as crianças, mas sabemos que isso foi apenas um paliativo que não supriu o papel da escola na vida das crianças.

Outra manifestação discursiva que carece de nossa análise partiu da indignação de muitos professores, pois estes tiveram que reinventar sua profissão, costurando novos fazes à prática pedagógica. Além do planejamento, estudo de conteúdos, elaboração de materiais, o professor agora teve que aprender a gravar vídeos, editar, publicar, etc, conforme ilustramos na postagem abaixo:

Imagem 7: O professor real e virtual

Fonte: Coletado no Mensageiro Instantâneo (WhatsApp) do Autor

Acreditamos que o discurso em voga na postagem acima representa o sentimento de muitos docentes. Percebemos em seus *status* uma manifestação discursiva que se posicionava contra o decreto do governo, mas sobretudo, contestava a posição de muitos pais que não compreendiam o trabalho que o professor teve para dá continuidade as aulas.

Assim, a pandemia do coronavírus (COVID-19) trouxe ao mundo transformações em todos os setores, mas na educação, essas transformações serão sentidas futuramente, pois os danos à vida dos cidadãos, obviamente, afetará o futuro da atual geração de estudantes.

5. Considerações finais

Ao longo deste estudo mostramos as manifestações discursivas em relação a escola em tempos de pandemia. Mostramos que o Brasil, de forma geral, não estava preparado para tamanha mudança que a pandemia veio causar, especialmente em contextos de baixa capacidade e infraestrutura.

Mesmo com o enfrentamento da instabilidade administrativa e dos problemas conjunturais que o país enfrenta, cabe considerar que o espaço educacional e o esforço de membros da comunidade escolar para dar

suporte à comunidade frente à crise foi um diferencial que marcará a história da educação brasileira e mundial.

Os discursos que emergem das manifestações sociais são essenciais na constituição da realidade histórica e social. Para Brandão (2009, p. 7) o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente. Assim, a relação discursiva que se perfaz nas diferentes camadas sociais, e que se manifesta a partir do lugar de onde se produz, não segue uma unidade discursiva, uma vez que esta se permite através das várias vozes que o influenciaram até um determinado momento em que está sendo proferido.

Portanto, considerando que a ideologia é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade (GREGOLIN, 1995), é possível que as análises das postagens mostrem um discurso social capaz de evidenciar o uso de modelos socioculturais e da criação de imaginários sócio-discursivos determinantes na compreensão do contexto escolar em tempos de pandemia.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cad. Pagu, Campinas, n.53, 2018.
- Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o discurso**. 2009. Disponível em: <http://poiesis.org.br/mlp/colunas_interna.php?id_coluna=1>. Acesso em 15/06/2020.
- BRASIL. Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.
- FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R.. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Rev. Adm. Pública vol.44 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2010. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200008. Acesso em 21 de junho de 2020.
- FONTE; R. CAIADO, R. Práticas discursivas multimodais no WhatsApp: uma análise verbo-visual. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 10 - n. 2 - p. 475-487 - jul./dez. 2014. Disponível em <file:///C:/Users/cknun/Downloads/4147-Texto%20do%20artigo-15500-1-10-20141218.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2020.
- FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber. Trad. Luiz F. Baeta Neves. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Trad. Eduardo Brandão. Rio de Janeiro, Forense, 2009.

FOUCAULT, M. La politique de la santé au XVIII siècle. In *Les Machines à guérir. Aux origines de l'hôpital moderne; dossiers et documents* (pp. 11-21). Paris: Institut de l'environnement, 1976.

FOUCAULT, M. La politique de la santé au XVIII siècle. In *Dits et écrits II, 1976-1988* (pp. 725-742). Paris: Gallimard, 2001. (Original publicado em 1979).

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MARCUSCHI, L. A. **A questão do suporte dos gêneros textuais**. DLCV: Língua, Linguística e Literatura, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003.

MBENBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolitica-achille-m-ensaio.pdf>

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, set./dez. 2006.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a Ser e a Conviver**. 2ª Edição. São Paulo: FTD, 1999.

LESSA, Otacílio. *Dicionário Básico de Biologia*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2007.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente* (J. C. Neto, L. S. M. Barreto, S. C. Afeche, Trad.) (6ª edição). São Paulo: Martins Fontes, 1998.